

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 22 - MAIO DE 2015

EDITORIAL

Pátria Educadora...

No seu discurso de posse em janeiro, a presidente Dilma Rousseff anunciou aos quatro ventos que o Brasil seria uma Pátria Educadora. Na época, muitos de nós acreditamos na declaração da presidente. Pensávamos que no seu segundo governo a presidente daria prioridade à execução do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado depois de vários anos de discussão no Congresso Nacional. A meta do PNE, em termos de financiamento, é atingir em alguns anos a aplicação de 10% do PIB, em projetos de educação.

Infelizmente, a seguir à posse, veio o arrocho fiscal, ou melhor dizendo: ajuste fiscal. Cortaram em uma simples tacada quase R\$ 10 bilhões do Ministério da Educação. Ficamos perplexos diante do arrocho imposto à Pátria Educadora. Muitas vezes queríamos entender a incompatibilidade entre o discurso e a prática das ações da presidente. Não há o que entender. Tudo está muito claro. Não há prioridade no governo, tudo é tratado da mesma maneira. Nos cortes, não se ouviu falar de prioridades para a educação.

O corte de R\$ 70 bilhões no orçamento geral da União para 2015 jogou por terra a Pátria Educadora. O golpe foi brusco e cortou o que já era insuficiente. Dá a impressão que o governo Dilma está sem rumo e sem foco. É uma governabilidade de curto prazo, vão empurrando com a barriga os assuntos de Estado. Governa, aliás, administra-se o cotidiano, sem um projeto nacional.

O incrível aconteceu. Em poucos meses de seu segundo mandato, o governo federal cometeu a proeza de não ter o apoio de sua própria base aliada. É um presidencialismo sem apoio de seus próprios parlamentares. Pelo andar da carruagem, tudo indica que poderemos ter muitos terremotos pela frente.

E afinal, o que foi feito da Pátria Educadora? Foi apenas uma jogada de marketing, um jogo de palavras?

Quem viver, verá!

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Macloys Aquino



JOEL ULHÔA - A leveza de quem carrega o legado da redemocratização na UFG. **Página 16**

Categoria insatisfeita

Governo dá sinais contrários ao lema da "Pátria Educadora"

MPOG não discute reestruturação da carreira e gera apreensão

Momento é de avançar negociações, mas greve é considerada

Páginas 8 e 9. Opinião, página 2

COTAS NA PÓS

Modelo usa base meritocrática

Macloys Aquino



As estudantes Milleny e Luana com a professora Luciene Dias

Fórmula elaborada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) prevê que mesmo candidatos pretos, pardos e indígenas devem ultrapassar nota de corte em prova de seleção. **Página 13**

INSALUBRIDADE

Docentes sofrem cortes surpresas

Professores se deparam com redução e até corte de adicionais de insalubridade. Adufg Sindicato prepara mandado de segurança coletivo.

Respingos, página 7

ARTE

Ktenas é bronze

Fábio Alves



Metal ajuda perpetuar obra do professor aposentado e um dos pioneiros da escultura no material em Goiás. **Página 15**

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

CGU aperta UFG para apurar casos

Página 10



**Daniel
Aarão Reis***

Sobre a Greve

Prezad@s, saúde e paz, conforme disse em sala de aula, aqui vão algumas reflexões sobre o movimento grevista que ora se anuncia na Universidade Federal Fluminense e em outras universidades públicas.

Vivemos hoje, e tudo indica que viveremos nos próximos anos, tempos difíceis do ponto de vista das relações entre governo e educação, em geral, e entre governo e universidades públicas, em particular. A presidenta, uma vez eleita, e ao contrário de tudo o que prometera na campanha que a elegeu, resolveu definir como política de “saída de crise” um conjunto de propostas que se assemelham em tudo e por tudo ao que seus adversários queriam realizar. Como em muitos países do mundo, vem por aí um “ajuste”, cujo custo será pago pelos trabalhadores e pelas camadas populares. A cartilha já foi aplicada na Europa e em outras partes do mundo. O resultado? Menos e mais precários serviços públicos, menos e mais precários direitos sociais, menos e mais precárias perspectivas para a melhoria do padrão de vida das grandes maiorias.

As Universidades Públicas sofrerão, já estão sofrendo, o impacto deste “ajuste” – verbas “contingenciadas”, ou seja, cortadas; salários congelados ou, no melhor dos casos, reajustados abaixo da inflação, cujos índices são maquiados. Nem preciso falar dos resultados, eis que são visíveis a olho nu.

Para enfrentar, e superar positivamente, as ameaças, vai ser preciso muito conversar e debater, e lutar, para lidar com esta conjuntura que se anuncia de “vacas magras” (podem por magreza nisto). Para isto, a universidade deve continuar funcionando, viva.

Entretanto, como de sua tradição, as entidades de professores, funcionários e estudantes voltam a propor a sua cantiga de uma nota só: “vamos à greve”!

A proposta é anunciada, discutida e decidida por pequenas minorias de ativistas iluminados, sem representatividade, concentradas em assembleias não precedidas de reuniões locais ou setoriais (departamentos, institutos, etc.). Carecem, portanto, de legitimidade. Trata-se também de um dispositivo tradicional, que isola as entidades de suas bases sociais. Para uma luta de longo fôlego,

como a que teremos pela frente, não é um bom começo.

Mas não me oponho a esta greve, como me opus a outras, apenas por estas considerações, já bastante relevantes em si mesmas.

O que me parece também muito importante é que, nesta greve, como em outras, do passado, apenas são penalizados os cursos de graduação. Só param, quando param, as aulas dos cursos de graduação. As pesquisas continuam a todo o vapor. Os Programas de Pós-Graduação, também. Continuam sendo escritos artigos e livros, apresentados em congressos não adiados, ou desmarcados. Projetos financiados continuam a ser implementados. É tão evidente que chega a ofuscar: só param mesmo os cursos de graduação.

O prejuízo seria, porém, concebível, se a forma de luta adotada fosse eficaz. Mas não é. Quem não se lembra da

paralisação da semana passada? Onde vingou, o que tivemos? Uma universidade deserta, sem viv’alma, fechada. Debate? Zero! Discussão? Zero. Capacidade de pressão? Nula.

A verdade é que, como já foi demonstrado em muitos outros momentos, a situação do sistema educacional torna-se assunto “público”, e se realizam pressões efetivas em prol de medidas positivas para a educação pública, quando estudantes, professores e funcionários conseguem ir para as ruas, apresentando à sociedade suas reivindicações, impondo-se, pelo seu movimento social, à atenção das gentes e à agenda dos governos. A greve nos serviços públicos é uma infeliz mimetização dos movimentos operários, ou dos segmentos que trabalham nos setores produtivos. Ao invés de prejudicar os patrões, prejudica apenas e tão somente os usuários dos serviços, no nosso caso, os cursos de Graduação.

A greve, “por tempo indeterminado”, não qualifica o debate, anula-o; não acumula forças, dispersa-as; não concentra, fragmenta e pulveriza; não fortalece, enfraquece.

Não é uma forma de luta consequente e por isso deve ser evitada e rejeitada. Só é razoável concebê-la em momento ou dias de manifestação. Aí, sim, ela pode se justificar. Parar aulas e cursos, e redação de artigos e provas, para ir às ruas, protestar nelas, agitando, política e culturalmente, a sociedade.

Acresce ainda, e finalmente, uma última razão. É que os grevistas do serviço público no Brasil, pelo absoluto descaso com que são estes últimos tratados pelos governos, têm seus salários regularmente pagos no fim de cada mês, estejam ou não trabalhando. Como já disse em outros momentos, se os trabalhadores do mundo soubessem que é possível fazer greve ganhando salários... ai do capitalismo, não haveria um que não paralisasse imediatamente o trabalho.

Por todas estas razões, prezad@s, continuarei oferecendo meus cursos. Se a universidade estiver fechada, trabalharemos nos gramados do campus, com belas vistas para o mar e para as montanhas. Reconhecerei o direito dos estudantes que divergem destas considerações e não computarei suas faltas, oferecendo-lhes, quando, e se voltarem, às aulas, avaliações de conhecimentos apropriadas. Mas informo, desde já, que não pretendo repor aulas. Por duas razões: porque elas terão sido dadas, e por não acreditar

na eficácia da reposição, mesmo quando ela se realiza, o que não é sempre o caso, infelizmente.

Divulgarei o presente texto para minhas bravas turmas e para os professores de História. É livre, naturalmente, sua divulgação.

Que todos façam o que lhes ditarem as próprias consciências.

Quanto a mim, como disse um velho revolucionário em momentos de incerteza: *Dixi, et salvavi animam meam* (Disse, e salvei a minha alma).

Saludos.

“ NESTA GREVE, COMO EM OUTRAS DO PASSADO, APENAS SÃO PENALIZADOS OS CURSOS DE GRADUAÇÃO. AS PESQUISAS CONTINUAM A TODO VAPOR. OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO TAMBÉM ”

“ OS GREVISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL TÊM SEUS SALÁRIOS REGULARMENTE PAGOS, ESTEJAM OU NÃO TRABALHANDO. SE OS TRABALHADORES DO MUNDO SOUBESSEM QUE É POSSÍVEL FAZER ISSO, AI DO CAPITALISMO ”

*Professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF). Artigo publicado originalmente no jornal O Globo.



Andrea Caldas*

As greves dos educadores/as na Pátria Educadora – as lições do Paraná

O dia 12 de fevereiro de 2015 marcou, para o Paraná e o país, a primeira derrota do discurso da inevitabilidade dos cortes – de um lado só – para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Os trabalhadores/as em educação do Paraná, em luta contra o desmonte da escola pública e a redução de direitos trabalhistas, que seria votado na Assembleia Legislativa, galvanizaram apoios entre os mais variados movimentos e setores sociais. A aula pública de cidadania espalhou-se por praças e ruas, em cada canto do Estado.

O governador, de sua parte, contou com a maioria no parlamento, a força policial e recebeu apoio do Judiciário para manter a sessão, que votaria o chamado “pacotão”, fora do ambiente do plenário da Assembleia, ocupado pelos persistentes manifestantes, há três dias e noites.

Além de tudo, o clima geral de necessidade de ajuste fiscal e “esforço cívico” colocava os trabalhadores/as na condição de algozes do Estado.

Foi a garra e a coragem dos educadores/as que transformaram a dor da humilhação e da desvalorização em combustível da organização. Ao somarem forças, ganharam apoios, e os milhares de lutadores e lutadoras reencontraram-se com muitos mais.

Em meio a bombas de gás e spray de pimenta, empurraram com a força da determinação o cordão de isolamento da PM, que recuou. Abriram caminhos e romperam os muros. Os deputados, em maioria para decidir os destinos dos servidores, esconderam-se e não resistiram.

A sessão foi suspensa. Os projetos foram retirados. A onipotência da correlação de forças da governabilidade institucional recuou diante da mobilização e unidade social.

Todavia, este era só o primeiro embate. Com a suspensão da greve, a partir de uma promessa de negociação, celebrada no Tribunal de Justiça, o governo voltou a enviar para votação, na Assembleia Legislativa, o projeto que autoriza o uso dos recursos do Fundo de Previdência dos servidores públicos para sanear as contas do Estado.

A greve é retomada e o governo monta uma operação de guerra para conseguir viabilizar a votação, isolando o parlamento da participação popular.

A Espetacularização da Tirania

O Massacre da Praça Nossa Senhora Salete, ocorrido no dia 29 de abril, pelas mãos do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), contra os trabalhadores de educação guarda traços de crueldade planejada.

Se na ditadura, lutou-se pelo restabelecimento dos marcos democráticos pelo direito de protestar, o que se viu no dia 29 de abril, em Curitiba, foi a profissionalização da tirania de Estado, em tempos de democracia.

A operação não foi um descuido. Ao contrário, foi meticulosamente organizada pelo secretário de Segurança, Fernando Francischini. O espetáculo contou com helicópteros a atirarem bombas em voos rasantes e tiros que não cessavam mesmo depois do recuo dos educadores, estudantes e trabalhadores.

Quem lá esteve, pode testemunhar a dor da perplexidade, impotência e desespero, entre educadores e estudantes, diante da operação planejada para fazê-los calar e para tentar humilhar a coragem de luta.

As cicatrizes na Pátria Educadora

A greve ainda prossegue no Paraná, com o rompimento das negocia-

ções, por parte do governo do Estado e ameaça de punições aos grevistas.

As cenas de violência, que chocaram o país, deixam sequelas para todos os feridos e macularam, fortemente, a imagem do governo do Estado, alvo de processos e protestos generalizados.

Ao invés do diálogo, o governo tem optado pela guerra publicitária que busca deslegitimar o movimento grevista. Depois do massivo apoio social que a greve dos trabalhadores/as em educação do Paraná conquistou, em todo o país, e que a condenação ao massacre, promovido pelo governo do Estado, ultrapassou as fronteiras nacionais, o governo inicia sua tentativa de desgaste do movimento.

Circulam nas redes sociais e nas páginas da mídia, apelos de pais e mães de estudantes para que a greve seja encerrada.

Se o corajoso e altivo movimento de lutas dos educadores/as fez ressoar o espírito altruísta de solidariedade social e coletiva, despertou os melhores sentimentos que a humanidade consegue ter, quando se desprende de sua mera reprodução individual.

Por outro lado, o discurso governista busca dialogar como o individualismo e os instintos de sobrevivência na sociedade competitiva: “meu filho/a não vai passar no vestibular?”

São legítimas as preocupações, de todos nós, com a qualidade da educação e o desejo coletivo de que a greve seja encerrada. Contudo, o apelo deve ser dirigido ao governo e não aos educadores/as. São estes/as últimos que estão lutando pelas condições de trabalho e qualidade da educação.

Educação, ofício de luta

O quadro agudo que se testemunhou no estado do Paraná não é, infelizmente, uma situação isolada no país, em tempos de Pátria Educadora.

Várias greves ocorrem nos estados e municípios, em sua maioria, para fazer valer direitos já conquistados como o Piso Salarial e a hora-atividade.

A queda de arrecadação, o propalado clima de ajuste fiscal nas contas públicas e as travas da Lei de Responsabilidade Fiscal – resquício estrutural da reforma do Estado nos anos 90 – colocam em cheque os avanços de anos anteriores e comprometem a execução das ousadas metas do Plano Nacional de Educação, do ponto de vista da expansão, qualidade, e valorização profissional.

Enquanto mecanismos de repasse financeiro e ampliação de recursos não forem viabilizados, a tendência será de agravamento da crise na educação.

Entre estes, encontram-se o Custo Aluno Qualidade Inicial e a regulamentação do Fundo Social do Pré-Sal e destinação dos royalties do petróleo, ambos aprovados em 2010 e não sancionados/regulamentados pelo governo federal.

Além disto, é preciso urgentemente rever os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente nas áreas da saúde e educação, onde os limi-

tes contábeis travam a viabilização das obrigações institucionais.

Caminhar com a certeza de que a luta vale a pena e nos inspirar na coragem dos educadores e educadoras que transbordam suas lições das salas de aula para as ruas. Esta é a saga incansável da educação brasileira que renova seu espírito de compromisso, desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932.

“ QUEM LÁ ESTEVE, PODE TESTEMUNHAR A DOR DA PERPLEXIDADE, IMPOTÊNCIA E DESESPERO, ENTRE EDUCADORES E ESTUDANTES, DIANTE DA OPERAÇÃO PLANEJADA PARA FAZÊ-LOS CALAR E PARA TENTAR HUMILHAR A CORAGEM DE LUTA ”

“ FOI A GARRA E A CORAGEM DOS EDUCADORES/AS QUE TRANSFORMARAM A DOR DA HUMILHAÇÃO E DA DESVALORIZAÇÃO EM COMBUSTÍVEL DA ORGANIZAÇÃO. AO SOMAREM FORÇAS, GANHARAM APOIOS, E OS MILHARES DE LUTADORES E LUTADORAS REENCONTRARAM-SE COM MUITOS MAIS ”

Quintart fecha mês de maio com animação



Professor Thyago com sua esposa e filho: descontração

O *happy hour* mais animado do mês foi, mais uma vez, realizado com sucesso. O Quintart da última sexta-feira de maio (29), encheu o Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato, em uma confraternização regada a comidas deliciosas, boas conversas e muita música.

A animação ficou por conta de Randal Braz, que embalou sucessos do MPB e Pop Rock e colocou os presentes para dançar. A criançada também se divertiu no pula-pula e se lambuzou com sorvete.

O próximo *happy hour* dos professores será o Sabadart Junino, a ser realizado no último sábado de junho (27/06), na Sede Campestre. Será um encontro temático, em que os filiados aproveitarão barraquinhas de diversão, forró, além dos gostosos quitutes típicos.

Espaço de Saúde começa a funcionar

As atividades da área de saúde do Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato tiveram início no dia 08 de junho. Os professores e dependentes do Plano de Saúde Unimed/Adufg recebem atendimento nas áreas de nutrição, Pilates e RPG. Os interessados que ainda não agendaram seus horários podem fazê-lo, ligando no telefone

(62) 3202-1208 ou enviando e-mail para saúde@adufg.org.br. O funcionamento do Espaço de Saúde é de segunda à sexta-feira, das 07 às 19h, e as atividades do Espaço Saúde terão custos a serem pagos pelos usuários de acordo com a tabela abaixo. Veja também as orientações para participar de cada atividade.

Tabela de Valores

	01 Aula por semana	02 Aulas por semana	03 Aulas por semana
PILATES	R\$ 50	R\$ 100	R\$ 150
	Valor Fixo 10 sessões	Pacote 10 sessões	Uma sessão
RPG	Gratuitas*	R\$ 300	R\$ 50
	Valor Fixo Consulta + retornos até 60 dias após a consulta		R\$ 100
NUTRIÇÃO			

*As sessões gratuitas são válidas pelo período de 01 ano que é contado, por exemplo, de outubro de 2015 a setembro de 2016.

I Encontro de Corais realizado com sucesso



Ormezinda (centro) com membros do Madrigal L'èttère In Canto

O Coral Vozes da Adufg e a Adufg Sindicato promoveram nos últimos 19 e 20 de maio o I Encontro de Corais. O evento foi realizado no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do sindicato e reuniu 200 pessoas, entre coralistas, músicos e convidados.

No abertura oficial, a coordenadora do Coral Vozes da Adufg, Ormezinda de Melo Gervásio, relembrou a história do projeto que foi idealizado e implantado na Adufg Sindicato há cinco anos.

O I Encontro de Corais começou com duas oficinas, uma de coreografia e outra de musicalização, quando os participantes participaram de exercícios aplicados para corais e coralistas. Também foi realizado o I Sarau com artistas convidados.

Professores filiados são vacinados

A Adufg Sindicato realizou, mais uma vez, a Campanha de Vacinação contra a gripe para professores filiados e dependentes de Goiânia e Jataí. No dia 15/05, no ICB 4, Câmpus Samambaia, a equipe da Unimed vacinou 148 pessoas.

No dia 20/05, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do sindicato, além dos filiados, dependentes

e titulares do plano de saúde Unimed/Adufg, foram vacinados idosos, grávidas e crianças. O posto de vacinação contou com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde que também atendeu os moradores da região da Vila Nova. Ao todo, nesse dia, 677 vacinas foram aplicadas. Em Jataí, 70 vacinas foram aplicadas em crianças de 05 a 12 anos.

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

D Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 22
MAIO DE 2015
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Diagramação
Bruno Cabral

Repórter
Fábio Alves

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

Grupo Travessia comemora 5 anos

Fotos: Fábio Alves

O Grupo Travessia – Aposentados da Adufg acaba de completar cinco anos de atividade. Para comemorar o aniversário, o grupo promoveu um jantar dançante para professores aposentados da UFG, realizado no último sábado de maio (30), no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato. Convidados e professores aproveitaram a noite que contou com delicioso jantar e a apresentação musical do Forró do Bem, com o maestro Siro Pontes.

Com mais de 50 participantes, o Grupo Travessia foi criado em 28 de maio de 2010 pela professora aposentada da FIC-UFG, Jane Sarques. Durante

o jantar comemorativo, a coordenadora do grupo lembrou a trajetória do projeto de interação e confraternização que já realizou, nesse período, seis viagens nacionais e quatro internacionais, quatro edições da Exposição de Arte e Artesanato de Professores Aposentados da UFG e três edições do Sarau dos Professores Aposentados da UFG.

“Nosso objetivo primordial foi inteiramente atingido: promover a amizade e o companheirismo com antigos e novos colegas da UFG, hoje aposentados”, concluiu Jane Sarques, agradecendo a todos pela presença e à diretoria da Adufg Sindicato pelo apoio e incentivo.



Adufg prestação de contas

Março de 2015

	Valor R\$
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiação - Mensalidades	239.334,85
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.740,81
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	0,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total	R\$ 241.075,66

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	27.899,36
2.1.2- Encargos Sociais	25.786,44
2.1.3- Seguro de Vida	361,54
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	1.061,87
2.1.5- Ginástica Laboral	788,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	2.911,28
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	597,20
Total R\$	60.472,78

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.324,25
2.2.2- Despesas com Correios	2.872,32
2.2.3- Energia Elétrica	1.906,40
2.2.4- Honorários Advocatórios	7.933,20
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00
2.2.7- Serviços Gráficos	3.200,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.643,70
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	1.902,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	240,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	470,25
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.697,74
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	12.066,14
2.2.17- Água e Esgoto	361,52
Total R\$	41.883,11

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.028,44
2.3.2- Despesas com Coral	1.774,44
2.3.3- Diária de Viagens	4.000,20
2.3.4- Tarifas Bancárias	127,22
2.3.5- Lanches e Refeições	961,21
2.3.6- Quintart	7.911,22
2.3.7- Patrocínios e doações	850,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	2.401,41
2.3.9- Festas/Reuniões	2.168,55
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	646,84
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	3.044,58
2.3.13- Hospedagens Hotéis	1.088,00
2.3.14- Material de expediente	875,43
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	14.225,22
2.3.17- Manutenção e Conservação	2.136,53
2.3.18- Homenagens e Condecorações	2.216,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	313,62
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	1.178,47
2.3.23- Sbadart Jataí	0,00
Total R\$	47.947,38

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	2.871,05
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.495,85
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	2.911,38
Total R\$	27.278,28

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	9.553,71
2.5.2- Aplicação CDB	100.000,00
Total R\$	109.553,71

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$ 287.135,26

3- Resultado do exercício 03.2015 (1-2) -46.059,60

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	756,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	118,00
4.1.6- Outras Imobilizações	3.123,09
Total R\$	3.997,09

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$ 3.997,09

5- Resultado Geral do exercício 03.2015 (3-4) -50.056,69

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor@adufg.org.br

Agradeço imensamente a publicação da matéria sobre o meu trabalho junto ao Acervo CCUFG. Sempre respeitei esse veículo comunicacional que tanto enriquece a atuação do nosso sindicato, e essa foi uma chance única de difundir para toda UFG a nossa luta pela valorização da arte. Por isso, mais uma vez, obrigado! Notei que o jornal está com uma nova paginação, papel e impressão. Parabéns! Gostei especialmente da nota com o professor Hélio Furtado do Amaral, e ainda, gostei do esclarecimento da professora Maria do Rosário Cassimiro, ambos grandes atuadores junto a UFG. À professora, uma admiração pelo seu trabalho junto a pró-reitoria de Extensão, onde participei do Programa Bolsa Arte, em que desenvolvi projetos e viagens para encontros com artistas nacionais para exposições. Confesso que hoje não partilhamos da mesma ideologia política, mas isso não impede a minha admiração e respeito pelos seus feitos. Ainda gostei, nesta edição, da explicação do reitor da UFG, Orlando Amaral, sobre a situação financeira muito difícil que estamos atravessando na atualidade. No mais, desejo que continuem desenvolvendo esse trabalho bacana, e lhes desejo muito sucesso!

Carlos Sena Passos, professor da Faculdade de Artes Visuais (FAV-UFG).



Nota da redação: O professor Carlos Sena Passos (foto) enviou esta carta por email ao JP um dia antes de seu falecimento, em 16 de maio passado. Artista plástico, o também diretor do Centro Cultural UFG (CCUFG) concedeu sua última entrevista em nossa última edição, também por email. Ali falou sobre seu sonho de consolidar o Acervo CCUFG, do qual era curador, como museu de arte contemporânea em Goiás.

Não tomo conhecimento da carta da professora doutora Maria do Rosário Cassimiro. É um espaço de memória, mas "tempo perdido". Transfiro então para o **Jornal do Professor** o ônus de resposta à carta. Os fatos narrados e atribuídos ultrapassam a minha responsabilidade autoral. Só me lembro do seguinte: por interferência da Adufg, colaborei, em 2007, com uma jovem mestrande (Unicamp) a respeito de minhas ideias de 50 anos atrás. Ideias que, passado tanto tempo, não são mais minhas, delas discordo. A história pressupõe sempre o contraditório, nem que seja para me recordar de Hegel.

Hélio Furtado do Amaral, professor aposentado do antigo ICHL.

Ao ler o artigo "A Fapeg e o fomento no Estado de Goiás", no **Jornal do Professor**, fico orgulhoso em ver como uma instituição tão importante para nós pesquisadores vem ganhando força e prestígio. Não poderia deixar de parabenizar a professora doutora Maria Zaira e o professor doutor Albenones pelo brilhante trabalho e esforço notório na busca por parcerias nacionais e internacionais. Não tenho dúvida de que eles conseguiram marcar uma nova era na Fapeg.

Anderso Soares, professor do ICB.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

CORTES SÚBITOS NOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

O Departamento Jurídico da Adufg Sindicato entrará com mandado de segurança coletivo contra a UFG pela redução e até corte de adicionais de insalubridade. No último mês, docentes, principalmente de Jataí, foram surpreendidos com a falta da rubrica nos contracheques. Alegam que não houve justificativa. O benefício, para quem exerce atividade sob risco de saúde, não tem equidade na UFG. Há quem receba indevidamente e quem ganha aquém do devido. A Adufg alerta aos professores que sofreram redução ou supressão do adicional, que entrem em contato com o sindicato o mais rápido possível.

Tenho dito

Entre deflagrações e frustrações de greve pelo Brasil, avisa o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva: “Esperamos que o governo negocie. A mobilização é extremamente importante, pois caso não sejamos atendidos iremos exercer nosso direito de pressão, a greve”.

Cadê o MEC?

Tanto Proifes-Federação, quanto Andes-SN, cobraram presença de representantes do MEC na reunião do governo com os docentes, no início de maio. Apenas o MPOG estava na mesa. A ausência soou como “marco zero” nas negociações. Indignou professores.

Convergência

Aliás, nas pautas apresentadas tanto pelo Proifes-Federação quanto pelo Andes-SN, há vários pontos de convergência. Principalmente nos que tratam da reestruturação da carreira e da defesa da autonomia universitária.

Porém

Depois da reunião com o governo, o Andes-SN aprovou uma moção de repúdio ao MPOG, por este ter convidado o Proifes-Federação para a reunião. E logo depois soltou o indicativo de greve.

Maioria recente

Quase 60% dos professores do magistério superior em todo Brasil entraram em concursos depois de 2004.

Prestígio

A votação das cotas para pretos, pardos e indígenas na pós-graduação, no último Consuni de abril na UFG, teve um voto contrário. Seriam dois. Um professor do ICB, contra a ideia, só se declarou a favor em apoio ao pró-reitor de Pós-Graduação, José Alexandre Felizola, autor da resolução.

Mérito

O principal argumento contrário era de que às cotas reduziram a qualidade dos programas de pós. Sabiamente, José Alexandre definiu, na resolução, que mesmo cotistas deveriam superar um ponto de corte. Agradou conselheiros de pensamento mais meritocrático.

Exemplo

A propósito, a UFG acaba de divulgar que o desempenho acadêmico de cotistas é, desde 2013, igual ou superior aos de demais alunos, na graduação. Lá, cotistas também desistem menos dos cursos. Neste critério, evasão, a UFG precisa se espelhar na colega mineira.

Oposição da oposição

No Macapá, professores da rede municipal entraram em greve contra a prefeitura, comandada pelo PSOL. O prefeito Clécio Luis Vieira, ex-PT, que também é professor, foi eleito com a bandeira da valorização da educação.

UFG cuida de reconhecer Radialismo

O Colegiado de Cursos de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás já iniciou a preparação do processo de reconhecimento do curso de Comunicação Social — Habilitação Radialismo (Rádio e Televisão). O documento deverá estar pronto nos próximos dias, segundo o Presidente do Colegiado, Venerando Ribeiro Campos.

Os alunos enfrentam uma série de problemas. Além da falta de reconhecimento do curso a primeira turma já foi formada e não pode trabalhar por falta de diploma reconhecido pelo MEC — estão preocupados com a possibilidade de virem a perder campo de estágio na Rádio Universitária, onde recebem aulas práticas, juntamente com colegas das habilitações de Relações Públicas e Jornalismo.

Rádio memória

O curso de Radialismo foi criado na UFG em 1981, reconhecido em 1987 (foto) e extinto em 2004. Segundo a Facomb (hoje FIC), porque “já não correspondia às expectativas do mercado de trabalho”. Mercado esse dinâmico e mutante, assunto da página 11 desta edição.

Pressão

Quase 70% da comunidade da UFSC, principalmente estudantes e técnico-administrativos, votou contra a Ebserh, em plebiscito no final de abril. A consulta não é deliberativa. Mas terão os conselheiros docentes condições políticas de aprovar a adesão no conselho universitário?

Efeito colateral

Sobre Ebserh, um dos pesquisadores mais respeitados da Medicina Tropical do Centro-Oeste, Marco Tulio García-Zapata, do IPTSP, criticou a forma como a direção conduziu o debate da adesão do HC-UFG. Ele dá detalhes em entrevista na página 12 desta edição. Vale a pena.

Experiência sem fronteiras

Criado pelo estudante Peirol Gomes, da UFABC, o site *myscf.com.br* tornou-se o principal lugar de encontro, troca de experiências e de dicas entre estudantes que participaram, participam ou que planejam participar do Ciências Sem Fronteiras. Já são 15 mil inscritos no portal.

Envelhecimento

O Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Envelhecimento (Nepev) foca no atendimento à demanda externa da universidade. Mas já repensa o currículo da UFG. “Preparar o discente. A população vai envelhecer”, antecipa a coordenadora, Vanessa Déa.



Fotos:

Criador e criatura

O professor Edward Madureira transitava feliz pela feira Agro Centro-Oeste Familiar, na primeira quinzena de maio. Cria do ex-reitor, a feira tornou-se um dos mais importantes eventos para o aprimoramento da agricultura familiar no Centro-Oeste.

Assessoria de Comunicação - Proifes-Federação



Secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça (à esquerda) ouve explanação do presidente do Proifes-Federação, professor da UFRGS Eduardo Rolim

Insatisfação se irradia na categoria

Sinais emitidos pelo governo da “Pátria Educadora” não contemplam expectativas da carreira

Uma insatisfação se irradia no movimento docente nacional com os sinais emitidos pelo governo federal, do início do ano até agora, que em nada correspondem à expectativa da “Pátria Educadora”, vendida na reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT).

O descontentamento é generalizado, as pautas se assemelham. O que muda são os procedimentos: de um lado, o Andes-SN empurra uma greve e expõe a crise de relação com o governo; do outro, o Proifes-Federação aguarda contrapropostas, mas exige o aprofundamento das negociações (veja reportagem na próxima página).

Na primeira reunião do ano com a categoria, no início de maio, o primeiro baque veio com a ausência de representantes do Ministério da Educação (MEC) na mesa. Apenas o Ministério do Planejamento (MPOG) estava presente.

O que foi interpretada como uma tentativa, por parte do governo, de estabelecer um “marco zero” a um debate que, para a Federação de Sindicatos de Professores das IFEs, o Proifes, teve início em 2007.

“Essa negociação não é um ponto zero. É a continuidade do que se iniciou em 2007, quando começaram as grandes mudanças na carreira do magistério superior”, disse o presidente da entidade, Eduardo Rolim, ao secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sérgio

“NÃO TENHO EXPECTATIVA DE AVANÇOS SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA AGORA. ACHO QUE O GOVERNO AINDA VAI PROPOR GTs COM AS ENTIDADES PARA DISCUTIR A REESTRUTURAÇÃO, MAS SÓ ACREDITO QUE ISSO SAIA PARA 2016”

FLÁVIO ALVES DA SILVA,
Presidente da Adufg Sindicato

Mendonça, no dia 6 de maio.

Rolim se referia ao primeiro acordo que, em 2007, criou paridade entre ativos e aposentados do magistério superior. Acordo este que se desdobrou em 2011 e, finalmente, em 2012, se transformou na carreira como é hoje.

Segundo momento

A ausência do MEC na mesa também levou à previsão de que o debate da reestruturação carreira seja feito apenas num segundo momento, após a apresentação das contrapropostas salariais do governo, prometidas para este mês de junho.

“Não tenho expectativa de avanços sobre reestruturação da carreira agora. Acho que o governo ainda vai propor GTs (grupos de trabalho) com as entidades para discutir a reestruturação, mas só acredito que isso saia para 2016”, prevê o presidente da Adufg Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, também presente à reunião.

“Defendemos uma carreira que tem a mesma estrutura da acordada agora, em 2012, mas com a organização dos estepes entre classes, buscando trazer equilíbrio. A diferença entre adjunto 4 e associado 1, por exemplo, é sensível”, disse Eduardo Rolim.

“Defendemos que haja valores padronizados entre 20 horas, 40 horas e DE (dedicação exclusiva). Está na Lei 12.772 que o regime de 40 horas seja um regime de trabalho excepcional”, continuou Rolim.

A proposta de reestruturação da carreira, feita pelo Proifes, passa pelo reajuste real, recomposição de perdas de 2010 pra cá e ajustes de problemas de interpretação da lei da carreira (veja quadro).

▼ Pauta do Proifes-Federação

Reajuste real de 4%, além da correção da inflação para 2016

Autonomia universitária plena: aprovação da Lei Orgânica para as universidades

Contra os impactos do ajuste orçamentário nas universidades

Manutenção dos direitos sociais e trabalhistas: rejeição das MPs 664 e 665 de 2014

▼ Proposta para carreira 2016-2018 (além do reajuste)

Organização da malha salarial, com percentuais definidos entre os salários de docentes das diferentes classes e níveis, a RT, o VB e as remunerações dos três regimes de trabalho (20h, 40h e DE)

Valorização dos professores em regime de Dedicção Exclusiva (DE)

Aprofundar a negociação é preciso

Posicionamento do governo acende greve de um lado e de outro, alerta para fortalecer o diálogo

A exposição dos pontos de reestruturação da carreira pelas entidades representativas foi praticamente em vão. O MPOG admitiu a falta de competência para entrar nestas questões.

“Todo esse debate para discussão com os docentes tem que ir em direção para arrumar a tabela, as incoerências aos regimes de trabalho, aos percentuais e aos estepes”, disse o secretário de Relações de Trabalho do ministério, Sérgio Mendonça.

“Esse é o ponto de partida dessa discussão. A partir dela vamos ter que trabalhar. Há questões que vocês colocaram que não entendo, conheço pouco da carreira para entender. Houve uma mudança na legislação”, admitiu.

E finalizou: “Várias questões que vocês colocaram aqui eu não vou entrar no mérito. Tenho que sentar e fazer uma discussão mais aprofundada com o MEC”. Postura que provocou reação imediata.

O Andes-SN falou, ainda na mesa, de greve geral e indeterminada. Na semana da reunião, o Proifef-Federação soltou, entre os filiados em todo Brasil, a campanha “Mobilizar para negociar! Negociar para avançar!”.

“Vamos voltar a conversar com vocês mais para frente, mas me preocupo com o que vocês falaram sobre a greve. Não está aqui quem vai dizer que a greve não é um direito, não é isso. Só que nós temos uma discussão”, disse Sérgio Mendonça, à ameaça de greve do Andes.

“Há um desgaste grande nessa relação (com o Andes), mas de qualquer forma estamos aqui. Podemos ter acordo ou não. Temos um período que não é um período de birra do Governo na construção do processo. Até porque existe uma constituição no país, existem

Macloys Aquino



Flávio Alves da Silva, presidente da Adufg Sindicato: “Não basta querer negociar, tem que aprofundar”

leis, leis de diretrizes orçamentárias, logo, tem uma dinâmica de construção delas, que vai secar em agosto”, completou.

O calendário proposto pelo governo é, depois da primeira reunião em maio, apresentar a contraproposta em junho e fechar um possível acordo em julho. “Evidente que frustradas as negociações aqui, cada um tome suas decisões”, disse Sérgio.

“Não basta estar disposto a negociar. Temos de avançar nas negociações, cumprir o calendário. Nossa postura agora é de aguardar as contrapropostas do governo”, disse o presidente da Adufg Sindicato, professor Flávio Alves da Silva.

“A gente espera avanço, mas que só vem com o aprofundamento das negociações. Greve

agora, pelo contrário, não aprofunda. Pode travar o processo”, afirma. Apesar da postura de negociação do Proifef, a entidade não refuta a greve.

A federação declarou total apoio à greve deflagrada pelo Sindicato dos Professores das instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub Sindicato), no último dia 28 de maio.

“A exasperação com a demora do governo federal em apresentar resposta às pautas de reivindicação dos docentes federais, mesmo depois de transcorrido um mês do início do prazo proposto pelo próprio MPOG para as negociações, e a reação à situação dramática da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atingida por contingenciamento e corte de verbas – foram os motores para que os professores representados pela Apub-Sindicato deflagrassem greve”, afirmou o Proifef em nota.

“Vamos sentar com o MEC e também no gabinete do ministro do Planejamento, que é professor universitário (UFRJ). Não estou fechando a porta, vamos mexer no nosso calendário se preciso”, disse Sérgio Mendonça.

“Sobre a disponibilidade orçamentária, estamos trabalhando com a proporção da despesa pessoal em relação ao PIB. Isso significa projetar para frente o que é o PIB. Estamos achando que em 2016 vamos ter aumento real”, afirmou o secretário.

“Tendo isso, vamos trabalhar com as proporções. Isso tudo é decisão política. Se ela for a mesma que em 2012 – dar mais para a educação –, ela vai comprometer outras áreas. Não sei se vai ser isso, mas esse seria, digamos, o roteiro”, complementou, ao que respondeu o presidente do Proifef-Federação, Eduardo Rolim:

“A Pátria Educadora seria isso!”



Francisco Wellington Duarte*

Entre o grevismo e a negociação: *quo vadis?*

Em meio a uma profunda crise política e uma economia cambaleante, emerge a ameaça do Andes-SN de irromper a

“maior de todas as greves”, baseada nos delírios de seus “mulás revolucionários”, exatamente no momento em que o processo de negociação entre o governo federal e os professores das universidades e instituições do ensino superior começa a se efetivar. A pauta do Andes-SN, um espetacular arrazoado de bizarrices, espalhados em setenta e nove itens, tem a característica de ser mais do mesmo, ou seja, feito para inviabilizar o processo de negociação.

Do outro lado vem o Proifef-Federação, que desde 2006 vem exercendo a difícil, mas salutar, tarefa de trazer aos professores uma nova proposta de sindicato, cujo alicerce é a negociação. Sempre ela. Sua proposta, articulada em pilares realistas, busca a consolidação do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), uma conquista oriunda das negociações de 2007 e 2008, e resolver as pendências do acordo de 2012, que trouxe ganhos que chegaram, em média, a 45%.

São duas visões distintas sobre a carreira de professor universitária e isso se espelha nas formas de como o Proifef-Federação e o Andes-SN se apresentam aos professores universitários. E nesse ambiente a greve, como forma de luta, novamente é posta na mesa do debate. O Proifef-Federação é bem claro ao afirmar que a greve é decorrente de uma ruptura no processo de negociação, ou seja, é consequência da formação de um cenário de impasse.

Por outro lado, greve, como sempre, é a bandeira do Andes-SN, que se apega ao discurso enfadonho de que o Proifef-Federação é feito por pelegos e que, por conseguinte, nada que sai de lá é passível de crédito. A greve é a negação do “peleguismo” juramentado da federação, pois ela trás, antes das propostas, a fé cega no conflito. Ou será que indicar a greve antes da negociação não é a reafirmação da necessidade do conflito?

Como de praxe, os tambores de guerra andesianos começaram a bater furiosamente, e o controle e deformação do Fórum dos Servidores Públicos, transformado em caixa de ressonância do próprio Andes-SN e da CSP-Conlutas (Central Sindical Popular), serviu aos propósitos da quimera andesiana. A obsessão quase paranoica pela greve insuflou os brios dos dirigentes que tentaram armar assembleias pelo país afora, na

busca de legitimidade e representatividade. Deu com os burros n’água, pois esse apego quase religioso às greves carece de racionalidade.

E a contraposição dessa linha belicista, demagoga e absolutamente desconectada de uma universidade cada vez mais complexa nas suas estruturas, é o Proifef-Federação, que tem mostrado, ao longo do tempo, a obsessão salutar pela negociação, pelo convencimento e pela proposição. E o princípio federativo joga a responsabilidade das decisões não em “dirigentes iluminados”, mas na própria categoria, na medida em que os sindicatos tem por obrigação levar aos seus professores, em todos os espaços, a discussão e o debate sobre a campanha salarial, inovando em mecanismos de decisão que permitam a participação de todos os professores.

Essa campanha salarial mostra mais uma vez que um modelo anacrônico e atrasado nega a negociação e trabalha para o impasse, enquanto o outro modelo, o do Proifef-Federação, olha para o futuro e aposta na negociação como espaço de conquista. Cabe ao professor universitário decidir que caminho seguir.

*Professor do Departamento de Economia da UFRN, vice-presidente do Adurn-Sindicato e membro do Conselho Deliberativo do Proifef-Federação

UFG é ineficaz para apurar casos, diz CGU

Relatório de auditoria aponta que morosidade em investigações gera impunidade

A Controladoria Geral da União (CGU) detectou ineficácia da UFG para apurar casos de professores com dedicação exclusiva (DE) e que acumulam cargos nas iniciativas privada ou pública, sem a devida punição por parte da administração da universidade.

O “Relatório de auditoria, fiscalização e avaliação – 2014”, divulgado este ano pela Regional Goiás do órgão, é um extenso documento, com levantamento em várias unidades, mas que não oferece o número exato de casos ou quem seriam todos os docentes nesta situação.

O relatório, que acabou paupando reportagens em portais nacionais de notícias, responsabiliza a administração da UFG principalmente pelo excesso de morosidade na apuração dos casos, o que geraria impunidade e prejuízos aos cofres públicos.

Os longos e demorados processos da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos da UFG, segundo o relatório, fazem com que a situação do docente investigado já esteja regularizada ao final da apuração. E assim não há punição.

“A manutenção desse padrão de apuração por parte da UFG implica numa consequência bastante importante: a acumulação de cargos pelos docentes, quando irregulares, não trazem quaisquer consequências legais ou administrativas a eles”, diz um trecho do documento.

“Desta forma, a eficácia das ações realizadas pelos órgãos de controle (como a CGU), com o intuito de coibir acumulações excessivas, que potencialmente podem trazer prejuízos ao exercício das funções públicas, é mitigada pelo modo de atuação da comissão, que se encontra inserido dentro de uma sistemática obsoleta estabelecida pela UFG”, diz outro trecho.



Fotos:

Direito

Um dos focos da auditoria foi a Faculdade de Direito (FD). Segundo o relatório, a unidade, além de conceder regimes DE para docentes que possuem outros vínculos empregatícios, excede as concessões de 40 horas, altera regimes de trabalho sem avaliar condições antecedentes e dispensa compromissos assumidos por docentes.

Ouvido pelo **JP**, o diretor da FD, professor Pedro Sérgio dos Santos, desqualificou o relatório, que teria sido produzido por técnicos especialistas em contabilidade, mas que não estão aptos a avaliações acadêmicas.

Segundo ele, não há nenhum caso de professor DE com vínculo empregatício na unidade. “Há uma professora DE que está licenciada, sem remuneração, da UEG. E apontaram o caso de um professor que teria uma sociedade empresarial, mas não tiveram o cuidado de olhar que a tal empresa do professor já havia sido extinta há sete anos”, criticou.

Ele questiona o fato de a CGU não haver considerado os dados de relatórios de avaliação do MEC e da Comissão de Avaliação Institucional (Cavi), da UFG, que apontaram excelência dos resultados obtidos pela faculdade.

“Somos a quinta entre as dez melhores faculdades de Direito do Brasil, segundo o MEC. Tivemos mais de 60% de avaliação positiva no Cavi, à época da auditoria. Mas a CGU nos acusa de baixa produtividade”, indigna-se.

“É um relatório mentiroso e descontextualizado, maculado por uma equipe não qualificada para esse tipo de avaliação”, desabafou. Pedro rebateu os técnicos da CGU durante a auditoria. O documento agora segue para avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

“SOMOS A QUINTA ENTRE AS DEZ MELHORES FACULDADES DE DIREITO DO BRASIL, SEGUNDO O MEC. MAS A CGU NOS ACUSA DE BAIXA PRODUTIVIDADE”

PEDRO SÉRGIO

Em nota, administração diz aperfeiçoar apuração

Em nota enviada ao **Jornal do Professor**, a administração da Universidade Federal de Goiás afirmou que “tem adotado medidas para aperfeiçoar a detecção de irregularidades no que tange à acumulação irregular de cargos e ao descumprimento do regime de dedicação exclusiva dos servidores desta instituição”.

“Neste sentido”, continua a nota, “são expedidos anualmente ofícios às

prefeituras da Região Metropolitana de Goiânia, bem como às prefeituras onde existam Regionais da UFG, solicitando destas as listagens de servidores em exercício com o intuito de providenciar o posterior cruzamento das informações com o quadro de pessoal da universidade”.

Segundo a nota, enviada pela Assessoria de Comunicação (Ascom-UFG), os processos para apurar situa-

ções irregulares são abertos imediatamente à verificação dos casos.

O texto afirma ainda que “esta universidade tem reformulado constantemente também os seus trâmites processuais para obter uma maior fluidez, dinamismo e objetividade das ações dos órgãos envolvidos na tramitação dos autos e, conseqüentemente, reduzir a morosidade dos procedimentos”.

FEICOM

Mídias interativas pautam congresso da FIC

Fotos:

Principal evento acadêmico da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC-UFG), o Congresso e Feira de Informação e Comunicação (Feicom) discutiu como as novas relações sociais, a partir das mídias digitais, impactam o mundo da produção de informação.

Uma mudança já em curso diz respeito à forma do discurso na internet. Cada vez mais produzidos por grandes empresas de comunicação, programas de “webtelejornalismo” procuram o diálogo com o interlocutor. E em linguagem informal.

“Nós (receptores) é que decidimos o que queremos ver, os assuntos são múltiplos ao invés de contínuos (como na TV) e temos acesso às memórias, podendo rever quando e o que quisermos”, disse Letícia Renault, professora da UnB, participante do congresso.

O que não pode mudar, seja qual for a plataforma, é a qualidade do conteúdo. “O importante no webtelejornalismo é o conteúdo. O telejornal se reconfigura e se adapta ao público”, ratificou Renault.

“Vivemos em um tempo de cultura digital”, disse ao **JP** o organizador do evento e diretor da FIC, professor Magno Medeiros, ao defender o nome do congresso: Mídias Interativas e Interações Sociais.

Ele concorda com Renault. “O conteúdo é tudo dentro da comunicação. É o diferencial”, afirma. E acrescenta: “O desafio do comunicador é se comunicar, mas não pode deixar de qualificar o fluxo informativo da mídia em que atua. Sempre tem que se levar em conta a produção e os valores éticos”.

“É papel da universidade refletir essas relações sociais feitas atra-



Letícia Renault, da UnB: na Internet, “nós é que decidimos o que queremos ver e temos acesso às memórias”

vés das mídias interativas e ressaltar as esferas que utilizam essa ferramenta. É um assunto instigante e totalmente importante para o profissional da comunicação ter o domínio desses recursos. São ferramentas com alcance multiplicador”, analisa.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013 apontam que metade das pessoas com 10 anos ou mais de idade acessaram a internet no Brasil. O alcance e a possibilidade de diferentes interlocutores atraem cada vez mais profissionais e empresas de comunicação que apostam em sites, redes sociais, blogs, webtv, podcasts e diversos outros recursos via Internet.

CATALÃO

Regional organiza primeiro Conpeex

Com o tema “A Interiorização do Ensino Superior e o Desenvolvimento Regional Sustentável – Perspectivas e Desafios no Ano Internacional da Luz”, a Regional da UFG de Catalão organizará seu primeiro Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (Conpeex). O evento acontece entre os dias 15 e 17 de junho e tem como objetivo divulgar e debater os trabalhos de vários níveis e áreas de pesquisa.

“Qualquer membro da UFG, professores, estudantes e técnicos, e até mesmo de fora dela, das demais universidades, e do ensino médio, também podem participar do Conpeex. No site do evento (conpeex.catalao.ufg.br) tem a modalidade referente a cada participante”, explica o coordenador geral, professor Denis Rezende.

A UFG organiza o Conpeex desde 2004, em Goiânia. Um dos principais motivos para a Regional de Catalão propor um novo evento foi distância da capital goiana (260 km). “A ideia veio do fato de ser muito dispendioso e cansativo enviar os estudantes e pesquisadores até Goiânia para uma semana de evento”, explica Denis.

O Conpeex (Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão de Catalão), evento regional, atendia a algumas demandas dos estudantes e pesquisadores. “Porém, como os bolsistas ainda eram obrigados a apresentar seus trabalhos no Conpeex de Goiânia, o evento perdia força. Agora, com o advento do novo estatuto da UFG, em vigor desde 2014, não será mais obrigatório aos bolsistas apresentar trabalho em Goiânia (exceto bolsistas Pibic)”, resume o coordenador. (Com assessoria da UFG-RC)

EDUCAÇÃO

Brasil tem déficit de 64,3 mil bibliotecas

Precisamente 53% das 120,5 mil escolas públicas do Brasil não têm biblioteca ou sala de leitura. A administração pública precisa construir mais de 64,3 mil bibliotecas em escolas públicas até 2020 para cumprir a meta de universalizar esses espaços, prevista na Lei 12.244. A legislação, sancionada em 24 de maio de 2010, obriga todos os gestores a providenciarem um acervo de, no mínimo, um livro para cada aluno matriculado, tanto na rede pública quanto privada. A cinco anos do fim do prazo, a contar de hoje, seria necessário levantar e equipar mais de 1 mil bibliotecas por mês para cumprir a lei.

O levantamento foi feito pelo portal Qedu, da Fundação Lemann, a pedido da Agência Brasil, com base em dados do Censo Escolar 2014 – levantamento anual feito em todas as escolas do país. Esses são os últimos números disponíveis e trazem informações tanto de instituições de ensino fundamental quanto de ensino médio.

De acordo com a pesquisa Retrato da Leitura no Brasil 2012, do Instituto Pró-Livro, bibliotecas escolares estão à frente de qualquer outra forma de acesso ao livro para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos.

O Ministério da Educação informou que a instalação de bibliotecas é uma responsabilidade das escolas e que as instituições de ensino públicas recebem recursos federais para estes investimentos. (Agência Brasil)

Medicina Tropical negligenciada

Uma das áreas da medicina que deveria ser de excelência no Brasil, um países tropicais com maior número de doenças subnotificadas, a Medicina Tropical é reduzida num contexto de interesses políticos e econômicos. Hoje, 40% da população mundial vive nos trópicos. Na UFG, os efeitos dessa redução são visíveis. O departamento da área no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) não tem expectativas de manter a Enfermaria de Doenças Tropicais agora sob o comando da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Quem fala um pouco dessa realidade é o professor da UFG Marco Tulio García-Zapata, respeitado pesquisador da Doença de Chagas, pós-doutor pela London School of Hygiene & Tropical Medicine, referência mundial na área.

Jornal do Professor - O que é são doenças tropicais?

Marco Tulio García-Zapata - Em termos gerais, as doenças tropicais são as que ocorrem nas regiões tropicais e subtropicais, onde apresentam peculiaridades clínicas e epidemiológicas e exigem mais atenção. Embora essas doenças possam existir fora dessas regiões. No contexto político-social, o termo é um tabu, por atingir “países pobres”. Na Argentina, por exemplo, o nome é “doenças de patologia regional”, embora possam ocorrer em grande parte do seu território. Infelizmente, o uso do termo é muito utilizado para desprestigiar determinadas regiões, e acaba se tornando um nome quase evitado politicamente. Ocorre que essas doenças não têm fronteiras, não estão limitadas aos aspectos geográficos, se disseminam com muito mais facilidade, principalmente no mundo contemporâneo, devido às mudanças climático-ambientais de origem antrópica e às facilidades do transporte moderno (“Medicina Internacional e dos Viajantes”). Assim, já não se fala mais em saúde nos trópicos, mas sim em saúde global, e para tal precisa necessariamente de um envolvimento técnico-científico, multi, inter e transdisciplinar.

JP - É como se fosse “doença de pobre”...

Marco Tulio - Sim, “doenças dos países subdesenvolvidos” ou “doenças dos vulneráveis”, como atualmente preferem denominar para eximir políticos e gestores da responsabilidade. Mas são, na verdade, “doenças negligenciadas”. É algo que os governos precisam entender e superar. O Brasil é o país do mundo com maior número de doenças negligenciadas. Subnotifica, ignora ou “esquece”. Não se preocupa em divulgar, pesquisar, controlar. Estamos na era da mistanásia (morte por falta de

recursos, eutanásia social). A dengue é uma delas, embora contraditoriamente exista certa preocupação, porque dá ibope.

JP - Como a UFG vê a Medicina Tropical?

Marco Tulio - No momento, temos a Enfermaria de Doenças Tropicais, no Hospital das Clínicas. Nos anos 80, tínhamos aproximadamente 35 pacientes. Hoje temos em média de 5 a 10 (apartamentos duplos, que seguem as normas regulamentares das chamadas infecções hospitalares). Agora, com a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), nosso serviço provavelmente será extinto e incorporado dentro de uma unidade clínica. Com certeza seu nome desaparecerá e seu campo de ação será diluído dentro das áreas clínicas.

JP - E a estrutura de ensino da Medicina Tropical na UFG?

Marco Tulio - A disciplina originalmente era oferecida em dois anos, 4º e 5º anos, na grade curricular do curso médico da UFG. Pouco a pouco, com mudanças curriculares, o 5º ano se transformou em internato, então várias disciplinas desapareceram, outras foram compactadas ao 4º ano. É o caso da Medicina Tropical. Daqui para frente, com as novas tendências do MEC, o termo disciplina desaparecerá. Vamos entrar dentro de um sistema de módulos, interligando disciplinas. Então a Medicina Tropical será cada vez mais diluída.

JP - Isso é uma exclusividade da UFG?

Marco Tulio - Não, mas já é uma área bastante prejudicada, negligenciada e pouco atendida. Nos sentimos órfão. Essa é a situação hoje.

JP - O senhor citou a Ebserh. Não há uma expectativa de melhoria com a nova administração?

Marco Tulio - Com a Ebserh, não temos participação nas tomadas de decisão do hospital. Temos direito a voz, mas não a voto (nos conselhos). Não fomos consultados sobre as mudanças. Simplesmente informaram depois de tudo pronto. Não pudemos sugerir. Em junho, com o novo sistema, não sabemos exatamente o que vai acontecer.

JP - O debate da Ebserh foi muito desgastante no Consuni. Por que os médicos não participaram?

Marco Tulio - Não fomos consultados. Éramos convocados para reuniões de última hora, que apenas informavam as mudanças. Não houve diálogo. Foi uma decisão de cúpula. O nosso hospital se viu pressionado a admitir a entrada da Ebserh. Fomos “enforcados”, cada dia mais coisas faltavam, como se nos obrigassem a aderir, porque disseram que não haveria outro caminho a não ser entrar. Da Medicina Tropical, dizem que é uma área relativamente “pequena”, pouco produtiva, (embora nosso campo de ação abrange todas as áreas do hospital / Infecções relacionadas à assistência em saúde) e que ocasiona muita despesa. Revelando, pouco interesse, assim sendo a expectativa não é positiva.

Macloys Aquino



◀ Marco Tulio A. García-Zapata

Graduado em Medicina pela Universidad Cayetano Heredia (Peru), especialista e mestre em Medicina Tropical e Saúde Pública (UnB e CEUB), doutor em Medicina (UFMG) e pós-doutor em Medicina Tropical (London School of Hygiene & Tropical Medicine) em 1998, quando chegou à UFG.

Cotas na pós têm modelo meritocrático

Formato pode colocar UFG como referência em ações afirmativas nas universidades brasileiras

O modelo de cotas na pós-graduação *strico sensu*, aprovado no final de abril pelo Conselho Universitário (Consuni) e válido para todos os programas da UFG, se baseia num esquema meritocrático de ação afirmativa.

Com um voto contrário e duas abstenções, a proposta, já aceita nas ciências humanas, acabou conquistando docentes das exatas, biológicas e engenharias, pela forma como foi defendida pela equipe do pró-reitor de Pós-Graduação, José Alexandre Felizola Filho.

O modelo – que é pioneiro e pode fazer da UFG referência nacional em políticas de ações afirmativas em programas de pós em todo Brasil – reserva 20% das vagas para candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou índios (PPI).

Mas mesmo estes candidatos devem ter nota acima do ponto de corte definido pelo programa. “A cota só se aplica a partir de um certo nível. Ela não resolve o problema de um candidato não ter condições”, explica o professor Alexandre Felizola.

“Cotista ou não, precisa ter esse nível mínimo para ingressar no mestrado e os cursos devem começar pensar mais nisso. Porque se está incorporando um outro elemento, mas o candidato precisa ter mérito para ingressar”, diz.

Num programa meramente classificatório, por exemplo, de 100 candidatos, entram os dez melhores, sendo as duas últimas vagas para PPIs. Se estes únicos dois PPIs são os últimos colocados, eles entram.

“Por isso é interessante o curso definir o nível que quer. Que nível mínimo o estudante precisa ter para começar pensar em pesquisa no mestrado? Esse nível é o ponto de corte. O candidato PPI não concorre com todos os outros,



Macloys Aquino

Pró-reitor de Pós-Graduação, Alexandre Felizola, defendeu modelo de ação afirmativa baseada em conceito meritocrático

“A COTA SÓ SE APLICA A PARTIR DE UM CERTO NÍVEL. NÃO RESOLVE O PROBLEMA DE UM CANDIDATO NÃO TER CONDIÇÕES”

mas num universo específico”, explica Alexandre.

O pensamento contrário a esta política entende que, já que há cotas na graduação, então o estudante deveria alcançar condições de igualdade ao do sistema universal ao final do curso. Ocorre que, se o cotista ingressou num nível mais baixo, tendo as mesmas condições de desempenho, o gráfico de seu desenvolvimento durante o curso é ascendente, mas paralelo ao do não-cotista. Portanto seu nível ao final do curso seria sempre abaixo do não-cotista

Necessidade

“A deficiência permanece. Não basta ter sistema de cotas na graduação sem um programa de acompanhamento, tutoria, de ação afirmativa depois do ingresso. Aí sim, gradualmente, o gráfico poderia ascender até as trajetórias convergirem em algum ponto. Por isso a política de cotas tem tempo determinado. Vai chegar um tempo em que não é mais necessária”, afirma Alexandre.

“A nossa questão hoje é quando essas trajetórias conver-

gem. O governo federal determinou a lei de cotas para concursos públicos federais, o que sugere que lá na frente, quando já se é profissional, depois da graduação, ainda há necessidade de ação de estímulo. As cotas na pós-graduação entram aí no meio”, completa.

A discussão de cotas na pós começou há mais de oito meses na UFG, no programa de mestrado em Antropologia, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS). A ideia inicial era um programa para indígenas, mas o debate na Câmara de Pesquisa em Pós-Graduação percebeu a necessidade de expandir para todos os cursos.

A Filosofia será a primeira a adotar as cotas para seleção nos programas de pós-graduação. As orientações técnicas para aplicar as novas normas estão no site prpg.ufg.br.

Construção da identidade pela autodeclaração



Macloys Aquino

Coordenadora da CAF, professora Luciene Dias: trabalho para construir autoestima

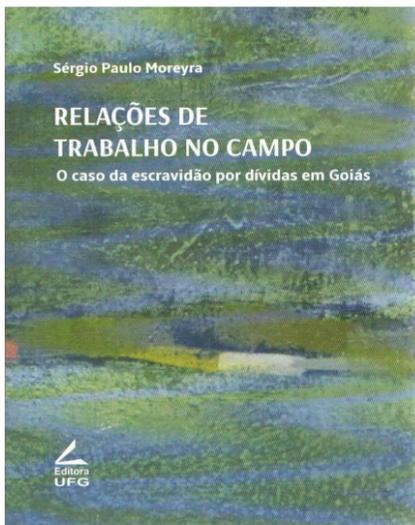
No ato da inscrição, o candidato que escolher concorrer a uma vaga num programa de pós-graduação pelas cotas deve preencher um termo de autodeclaração étnico racial. Quanto aos questionamentos do quê, afinal, define raça, a chefe da Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAF-UFG), professora Luciene Dias, é categórica.

“A construção da identidade é por quem se identifica, o agente dessa construção. O interlocutor não pode dizer quem eu sou, só eu. Ao me conhecer eu me defino. É uma questão de auto-afirmação”, diz.

“O que as políticas de ações

afirmativas buscam em termos gerais é garantir que representar seja representar-se. O programa não pode dizer ‘você é negro’. Mas solicita um documento escrito que diga ‘eu sou’. Porque negro não é quantidade de melanina na pele, é uma identificação política”, afirma.

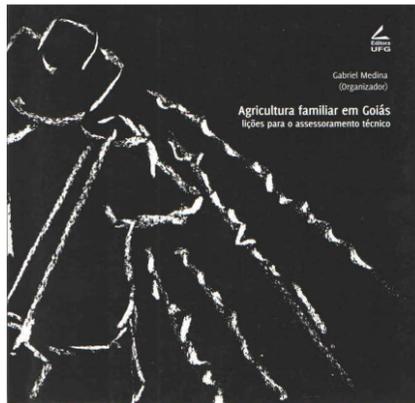
“Como o racismo no Brasil é de estampa, ter ascendência apenas te coloca na história, mas não localiza politicamente. Com as ações afirmativas, pela primeira vez no Brasil há alguma vantagem em dizer eu ‘sou negro’. Trabalhamos para construir essa autoestima”.



Relações de trabalho no campo: o caso da escravidão por dívidas em Goiás

Sérgio Paulo Moreyra / Editora UFG / 240 páginas

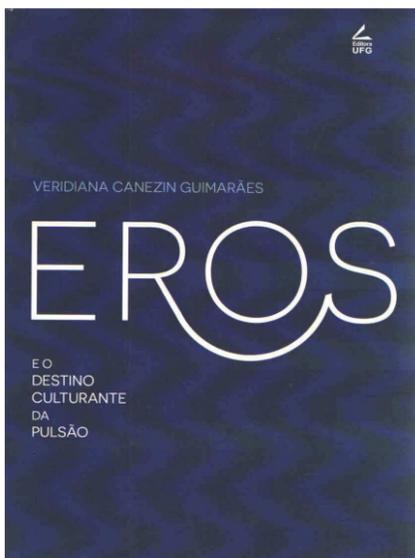
Retoma o tema da escravidão por dívida em Goiás como ponto de partida para uma releitura do contexto político regional desde as décadas finais do regime monárquico até o Estado Novo. Discute a atitude das elites locais diante da brutal marginalização do trabalhador rural. Mostra a atitude de completa indiferença pelos mais expressivos e notórios nomes da política regional diante do destino do trabalhador. Ao traçar o perfil biográfico do interventor federal, mostra que a sequência de políticas e a incorporação de centenas de jovens à administração estadual, executadas ao longo de 1931, fizeram desse ano um nítido divisor de águas entre o imobilismo e a desagregação que marcaram a vida pública estadual desde o final do governo de João Alves de Castro (o mais notável presidente que Goiás teve na primeira república) e, o período subsequente, até a inauguração de Goiânia.



Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico

Gabriel Medina (organizador) / Editora UFG / 224 páginas

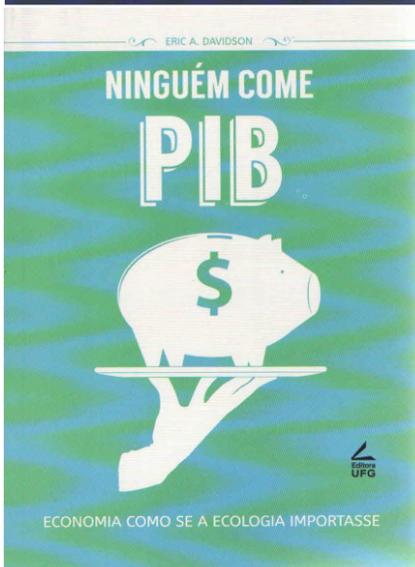
A agricultura familiar representa um campo de trabalho em crescimento para os profissionais das ciências agrárias. O Estado de Goiás tem um número significativo de agricultores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária que demandam assessoramento técnico de qualidade. O livro traz lições para todos os interessados em trabalhar no assessoramento técnico de agricultores familiares.



Eros e o destino culturante da pulsão

Veridiana Canezin Guimarães / Editora UFG / 203 páginas

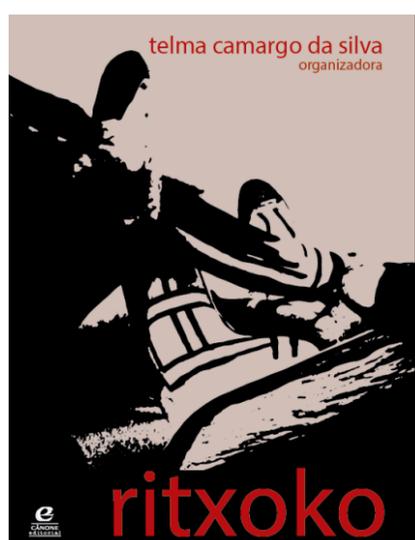
Eros é um conceito construído na obra de Freud para nomear a sexualidade culturante, marcada por mediações psíquicas surgidas da imprescindível relação do sujeito com a cultura. Toma como ponto de partida a discussão sobre a concepção da sexualidade infantil, em suas dimensões autoerótica e perverso-polimorfa, enfatizando o caráter inicial da sexualidade. Convida a refletir sobre as consequências psíquicas da adaptação do sujeito ao princípio da realidade. busca apreender as formulações acerca dos princípios constitutivos do aparelho psíquico – o princípio do prazer e o da realidade –, orientando-se pelos processos de inserção do sujeito nos modos de socialização, com ênfase no narcisismo e nos processos identificatórios.



Ninguém come PIB: economia como se a ecologia importasse

Eric A. Davidson / Tradução de Maria Cristina Faria Dalacorte Ferreira / Editora UFG / 240 páginas

A economia e a ecologia, dois setores irreconciliáveis, são postos em confronto com vistas a uma harmonização benéfica a ambos. Trata-se de uma obra destinada ao público geral e a pesquisadores, onde é possível encontrar explicações claras, expostas de modo didático e compreensível.



Ritxoko

Telma Camargo da Silva (organizadora) / Câne Editorial / 224 páginas

A partir dos anos sessenta do século XX, os estudos sobre cultura material no âmbito da Antropologia adquiriram novo interesse. Isto porque embora os objetos estivessem presentes em etnografias clássicas – como os colares e braceletes em Os Argonautas do Pacífico Ocidental (B. Malinowski, 1922) – a cultura material foi relegada, posteriormente, a uma posição marginal na disciplina. Nesse novo lugar que as “coisas” adquirem na produção etnográfica, com ressonância na teoria, perpassa o entendimento de que os objetos não só representam como organizam e constituem a vida social dos povos. Os trabalhos que compõem este livro seguem nesta direção. Os seis artigos aqui reunidos têm como eixo articulador a boneca cerâmica karajá (Ritxoko, na fala feminina e Ritxoo, na fala masculina) – modelada pelas mulheres – como produtora de relações sociais e articuladora do universo social e mítico do povo Karajá.

Angelos Ktenas, pioneiro das esculturas em bronze em Goiás, em seu ateliê, no Setor Universitário: metal mantém sua arte na posteridade

Fotos: Fábio Alves

Bronze eterniza obra de Ktenas



Professor aposentado é pioneiro da técnica em Goiás, que propagou entre gerações de estudantes

Angelos Ktenas esculpiu suas primeiras obras em pedra e madeira. Mas a descoberta do bronze catapultou a produção do artista grego – radicado no Brasil em 1954, no período pós-guerra – a outro patamar. A “riqueza e beleza” do material satisfizeram-no: “O bronze é eterno, eu não quis mais saber de outras matérias-primas”.

Com a técnica assimilada nas décadas de 1970 e 80, Ktenas criou a primeira fundição de bronze de Goiás. Esculturas, monumentos, medalhões, troféus e bustos foram executados e ganharam o mundo. “Ao lado de nomes como Gustav Hitter, Maria Guilhermina e Neuza Moraes, Ktenas foi um esteio para a escultura em Goiás”, comenta Heliana de Almeida, professora da Faculdade de Artes Visuais (FAV-UFG).

O bronze foi o melhor mecanismo encontrado por Ktenas para executar suas obras. Além dos inúmeros trabalhos criados, ele se destaca na cultura goiana por ter integrado uma das primeiras turmas de professores do antigo Instituto de Artes da UFG. “Gerações de escultores passaram pelas mãos dele”, reconhece Heliana.

As propriedades do bronze o instigaram. “Comecei a trabalhar como todos os artesãos, com pedra e madeira, que eram mais fáceis de adquirir. Com o tempo, vi que são materiais que se perdem, além do problema de carregar para cá e para lá uma pedra, que é muito pesado se for fazer uma obra grande”.

Os bustos têm cuidado especial. “Se for fazer uma pessoa, tenho que me dedicar a como ela era, assim posso fazer meu trabalho e as pessoas podem interpretar melhor. Os bustos de bronze têm uma marca”, analisa.

O francês Rodin exerce influência considerável no trabalho de Ktenas. Obras como “O Beijo”, “Porta do Inferno” e “O Pensador” têm sabor especial, assim como trabalhos de Michelangelo e Fídias.

Fama

Para Ktenas, existem os artistas que se preocupam com a fama e os que se preocupam com o trabalho. Escalando-se no segundo grupo, o escultor dá de ombros à vaidade de homenagens, porém, tem carinho por um feito em especial.

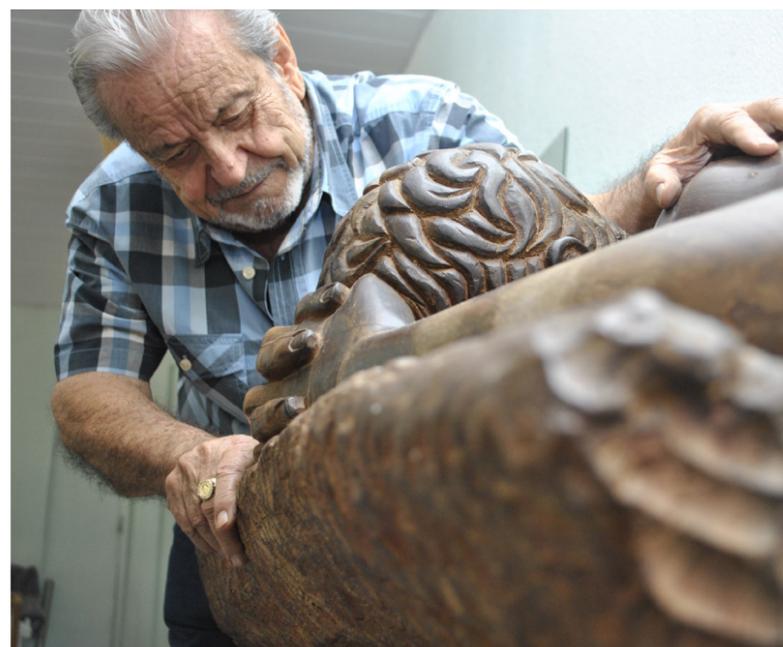
“Meu principal trabalho é a galeria de arte que está dentro do Palácio da Alvorada. Executei dez bustos de um metro de altura, cada um, que são pessoas que representaram algo para o Brasil. Isso agradou meu ego. Entre milhares de artistas do País, me escolheram para fazer esse trabalho. Chegar até ali me deu uma grande satisfação.”

Aposentado da UFG desde 1995, após 35 anos de docência, Ktenas, hoje com 78 anos, tornou-se diácono da Igreja de São Nicolau e segue produzindo esculturas de diversos tipos. Ao seu legado como artista pioneiro em terras goianas incluem-se os mosaicos, ainda na década de 1980.

Peça mais valiosa feita em madeira

Uma escultura que não tem preço para Ktenas está exposta em seu ateliê. Chama-se “Desespero”. Esta foi feita em madeira, em 1973. “Já recusei até um apartamento por essa obra, porque ela representa algo que fez parte da minha vida. Quando a fiz, tinha um irmão, um pouco mais velho, que sofreu um câncer e ficou hospitalizado por sete meses. Nesse período eu só consegui realizar esse trabalho. Eu sabia que iria perder um irmão e o perdi. Isso faz parte da minha história e quero que fique comigo e depois para os meus filhos. Para mim, não tem preço que pague.”

Alguns trabalhos têm mais valor Angelos Ktenas. Quando executa bustos de personalidades e autoridades, o artista quer que sejam vistos de preferência em lugares públicos, como praças. Uma preocupação do artista é dar orgulho para as gerações futuras de seus familiares, ao se depararem com uma obra com sua assinatura.



Ktenas sobre a obra “Desespero”, inspirada em momento de perda de irmão

Das prateleiras para a democracia

É do professor e filósofo, primeiro reitor eleito pelo voto direto após a ditadura militar, o legado da pluralidade na administração na UFG

Onze professores disputaram a reitoria da UFG naquele segundo semestre de 1985. Nunca tantos candidatos colocaram seu nome à prova. Era a efervescência da primeira eleição direta depois da ditadura militar. A universidade não estava acostumada com essa “abertura”.

O perfil teórico-acadêmico do professor do antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) Joel Pimentel de Ulhôa foi o escolhido dentre Mindé Badauy, Alberto Centeno, Antonio Luiz Maya, Heldo Mulatinho, Joaquim Goiano, Juarez Milano, Luiz Fernando Valadares, Licínio Barbosa, Mário Evaristo de Oliveira e Oswaldo Vilela Garcia.

O debate das eleições havia extrapolado os campus, tomado a cidade e os jornais, acendeu a mobilização dos estudantes, dos técnico-administrativos, de políticos goianos. Se “participar” era algo novo, essa novidade se traduziu numa necessariamente plural administração. Mas não menos difícil e cheia de conflitos.

“Foi um momento de muita discussão. Enfrentamos muita barra dura”, lembra Ildeu Moreira Coelho, pró-reitor de Graduação e um dos braços fortes da administração de Joel. “Mas foi um reitorado firme, de decisões que eram cumpridas, não havia enrolação”, emenda.

Joel venceu com apoio histórico entre técnico-administrativos. Teve 1.627 votos, contra 503 da segunda colocada, a professora Mindé Badauy. Apoio que foi fundamental, dentre muitos outros, para que o então presidente José Sarney nomeasse o mais votado pela comunidade universitária numa lista sêxtupla.

A propósito, é da eleição de Joel que vem a tradição de pelo menos um servidor técnico-administrativo ocupar uma pró-reitoria. Acordo político que, desde 1986, não foi mais quebrado nesses quase 30 anos de eleições diretas para reitor na UFG.

Claro que o apoio dos servidores se converteu em grande expectativa e inevitavelmente numa forte queda-de-braço por conquistas na carreira, que enfrentava perdas históricas. Assim veio a primeira e mais pesada greve contra a administração do professor.

“Ocupamos a reitoria, saímos em funeral, fizemos o enterro simbólico do reitor na Praça Universitária e em Brasília”, lembra o ex-presidente da antiga Asufego (Associação dos Servidores da UFG, hoje Sint-Ifesgo), Onório Ângelo da Rocha.

“Mas ele sempre teve uma postura democrática, nunca enfrentou isso de forma autoritária ou radical. Nunca agrediu o movimento. Compreendeu a luta, que seguiu seu curso. Na gestão anterior não era bem assim”, ressalta Onório.

Joel sorri ao repassar estas passagens da vida. A memória dos enfrentamentos e das conquistas do seu reitorado – como as obras da Biblioteca Central, do IPTSP, dos novos prédios da Emac e da Faculdade de Farmácia, as contribuições da UFG



Macloys Aquino

Ex-reitor Joel Ulhôa em sua biblioteca particular, em seu apartamento: salto dos livros para o mundo da vida



Notícia de jornal de agosto de 1985: Joel a um passo da reitoria

para a assembleia nacional constituinte – é guardada com satisfação.

“Foi um mergulho, das estantes de meus milhares de livros, acumulados nesses últimos sessenta anos, devorados desde a juventude e mastigados em seus conteúdos teóricos essenciais, – foi um mergulho, repito, nos desafios da complexidade da realidade e na beleza do viver, do construir-junto, do esperar e fazer acontecer”, diz o professor-filósofo.

“Aprendi, na prática, a importância da doação pessoal, com humildade, paixão e desprendimento ao trabalho coletivo de busca e ajuda, por pequena que seja, à realização de um mundo melhor, mais ético, mais humano e digno, mais generoso e dedicado à construção do bem comum”, completa.

“Só sei que nada sei”

“Teria um prazer e uma disposição enormes de reviver todo o vivido *ipsis litteris*, tintim por tintim, pois fizemos, eu com minha equipe, sem falsa modéstia ou tola pretensão, o que os colegas, os funcionários, os alunos, a sociedade e a vida como um todo, com aplausos e contestações, nos apontavam como o melhor possível, dentro de um clima amplamente democrático”, respondeu o professor, perguntado se faria algo diferente, caso pudesse voltar ao passado.

Joel recebeu o JP em sua biblioteca, em seu apartamento, no Setor Bueno, em Goiânia. Há por volta de seis mil títulos ali, entre livros de Filosofia, Política, Teatro, Música, biografias. O professor aponta para as estantes. “Hoje, aos 80 anos, olho para estes livros que me acompanham há 60 anos. Me lembro de Sócrates: ‘só sei que nada sei’”, reflete.

“A Filosofia sempre me tem ajudado a saber ouvir, a ter paciência de parar para pensar, a admitir meus limites, a trabalhar em grupo, a procurar entender as razões do outro, e tudo isso pesa muito positivamente no agir de quem dirige uma instituição, especialmente uma instituição tão especialmente crítica como a universidade”.